

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

PROTEÇÃO DE DADOS, PRIVACIDADE E A ERA DOS ALGORITMOS

FERNANDA GONÇALES

Acadêmica do curso de Pós-Graduação Strictu Sensu da UNINTER, Curitiba/PR, com bolsa 100%, na linha de pesquisa Jurisdição e Processo na Contemporaneidade. E-mail: fernanda@hotmail.com.

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

Professor Orientador – Professora Doutora no Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Paraná e no Mestrado em Direito da UNINTER, Curitiba/PR. E-mail: estefaniaqueiroz@uol.com.br.

RESUMO

A tecnologia faz parte da vida contemporânea, e por ser expressão da realidade da sociedade da informação não pode ficar à margem do direito. Enquanto diversos países discutem direito à privacidade e proteção de dados desde o século XIX, no Brasil os estudos mais aprofundados surgiram com o Marco Civil da Internet, no ano de 2014. Muito além da hermenêutica na interpretação das normas, o direito se depara com um novo desafio, as questões tecnológicas. Os algoritmos se tornaram um recurso importante no desenvolvimento e aprimoramento de produtos e serviços. A tecnologia não é avessa ao direito, há muito a ser debatido nessa seara, notadamente com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados, diversos pedidos de exclusão de dados têm sido postos à apreciação do judiciário brasileiro, o arcabouço teórico acadêmico é fundamental para orientar a melhor interpretação e aplicação da lei aos casos concretos. O objetivo geral da pesquisa é promover uma revisão bibliográfica acerca do conceito de privacidade, apontando seus elementos chaves e o atual entendimento doutrinário sobre a matéria. Para além, o projeto visa uma

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

pesquisa acerca do uso de algoritmos, buscando compreender seu impacto no tocante a proteção de dados, sob a perspectiva da Lei Geral de Proteção de Dados e do direito constitucional à privacidade. A hipótese de trabalho é verificar se, o uso de algoritmos nos moldes atuais, preserva ou não o direito à privacidade e se a LGPD trouxe algum avanço efetivo para a proteção de dados. Atualmente a pesquisa se encontra na primeira etapa; revisão bibliográfica sobre o conceito de privacidade. É possível afirmar que termo, a depender do contexto sócio-econômico ou cultural, possui significados diversos e distante de um consenso doutrinário sobre seu conceito.

PALAVRAS-CHAVE: Autoderterminação informativa, Dados, Direitos Fundamentais.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 17. Ed., São Paulo: Paz & Terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COSTA, Carlos Cleso Orcesi. **Cadastro positivo**: Lei nº 12.414/2011. São Paulo: Saraiva, 2012.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DONEDA, Danilo. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Joaçaba-SC, v. 12, n. 2, p. 91-108, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315>>. Acesso em: 29 março de 2020.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DOTTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

EFFING, Antônio Carlos. **Bancos de dados e cadastro de consumidores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. 1993.

LONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

LONARDI, Marcel. **Tutela e privacidade na internet**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor**: um estudo dos negócios jurídicos do consumo no comércio eletrônico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor**: linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Laura Schertel. MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

POSNER, Richard. **As fronteiras do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODOTÀ, Stefano. *Tecnopolitica: La democrazia e le nuove tecnologie dellacomunicazione*. Roma, Itália: Laterza, 1997.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância**: a privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SILVA, Lucas Gonçalves; MELO, Bricio Luis da Anunciação. A lei geral de proteção de dados como instrumento de concretização da autonomia privada em um mundo cada vez mais tecnológico. **Revista Jurídica – UNICURITIBA**, v. 3, n. 56, p. 354 - 377, jul. 2019.

SILVESTRE, Gilberto Fachetti; BORGES, Carolina Biazatti; BENEVIDES, Nauani Schades. The procedural protection of data de-indexing in internet search engines: the effectiveness in brazil of the so-called “right to be forgotten” against media companies. **Revista Jurídica – UNICURITIBA**, v. 1, n. 54, p. 25 - 50, mar. 2019.

SOLOVE, Daniel J., *Understanding Privacy*. New York: Harvard University Press, 2008.

SOLOVE, Daniel J. *The Digital Person: Technology and Privacy in the Information Age*. New York: Harvard University Press, 2004.